

Intervenção de abertura de Sua Excelência o Primeiro-Ministro

Debate do Estado da Nação

Parlamento Nacional, 14 de julho, 2022

Sua Excelência, o Presidente do Parlamento Nacional, Senhor Aniceto Longinhos Guterres Lopes

Excelências, Vice-Presidentes, Secretária e Vice-Secretários do Parlamento Nacional;

Excelências, Distintos Deputados de todas as Bancadas Parlamentares;

Excelências, Senhores Membros do VIII Governo Constitucional;

Distintos Convidados;

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Em meu nome pessoal e dos membros do Governo que tenho o privilégio de liderar, começo por cumprimentar Sua Excelência o Presidente do Parlamento Nacional e me dirigir aos Digníssimos Deputados desta Magna Casa, para lhes expressar os meus sinceros agradecimentos pelo honroso convite que me dirigiram para participar neste **debate sobre o “Estado da Nação”**, o primeiro desta Legislatura, fazendo votos para que seja profícuo, consiga dar resposta às preocupações dos ilustres Representantes do Povo e realçar as contribuições mais relevantes do VIII Governo Constitucional para o desenvolvimento político, económico e social da nossa nação, quando se aproxima a passos largos do final do seu mandato, assim como as prioridades, planos e desafios passados e futuros.

Neste ano em que o nosso país comemora o **vigésimo “Aniversário da Restauração da Independência”**, a oportunidade de poder apresentar perante o Parlamento Nacional o balanço do mandato do meu Governo, assume particular simbolismo e, antes de dar início à minha intervenção de fundo sobre o tema central que nos traz aqui hoje, gostaria de sublinhar que sem o envolvimento e a **cooperação institucional de todos os órgãos, setores da sociedade e parceiros de desenvolvimento**, o Governo não teria, por si só, conseguido alcançar os resultados que orgulhosamente passarei a reportar.

Importa igualmente assinalar a **admirável determinação do Governo**, especialmente a demonstrada durante o difícil período do surto pandémico provocado pela COVID-19, e de transmitir publicamente o meu reconhecimento a todos os membros do VIII Governo

Constitucional, pela relevante e oportuna contribuição individual e interdisciplinar que permitiu a aprovação em tempo real, de um pacote legislativo e de um plano de contingência para atender à difícil e complexa situação interna criada pela pandemia e a implementação de estratégias para a sua mitigação.

Pelo **extraordinário conjunto de condições adversas internas e externas** que marcaram o mandato deste Governo praticamente desde o momento da sua tomada de posse em 2018, este primeiro debate sobre o Estado da Nação enquanto Primeiro-Ministro, ficará inevitavelmente associado à **situação pandémica severa dos anos 2020 e 2021**, que condicionou sobremaneira a aprovação de novas políticas públicas, a economia doméstica e a implementação das iniciativas previstas no Programa do Governo, exigindo a tomada de medidas urgentes conducentes à aprovação de um abrangente pacote legislativo envolvendo as áreas da saúde, da segurança, da educação, da economia e do emprego entre outras, visando a proteção da população, tais como o rastreamento de contactos, o treinamento dos profissionais da saúde para atuarem na linha da frente e nas fronteiras, das forças de segurança e defesa e outros, no controle da infeção, instalando serviços dedicados de cuidados intensivos para pessoas infetadas com o vírus COVID-19, assegurando prontamente a regulamentação do Centro Integrado de Gestão da Crise (CIGC) e a sua ativação para funcionar como Sala de Situação, assim como a coordenação e consistência das mensagens transmitidas à população, para além da introdução de medidas fiscais e parafiscais robustas para atenuar o impacto devastador da crise instalada junto da população e do já de si frágil tecido empresarial timorense, e, simultaneamente, a tomada de medidas para acelerar a recuperação da atividade económica, sempre com a preocupação de não deixar ninguém para trás e assegurando que nunca ocorresse a interrupção das redes de abastecimento internas e internacionais.

Foram efetivamente **tempos muito difíceis** os vividos nos anos mais recentes e que muito dificilmente conseguiremos esquecer. Após dois anos de **instabilidade política interna vivida nos anos 2017, 2018 e 2020**, a pandemia provocada pela doença COVID-19 no início de 2020, gerou a **maior crise sanitária global de que há memória conforme já referido**, determinou a imposição de um longo período de confinamento e de um conjunto de medidas preventivas, entre elas a imposição de cercas sanitárias, com o objetivo de limitar ao máximo a mobilidade terrestre e aérea. A juntar a este já de si preocupante cenário, **devastadores desastres naturais** resultantes das alterações climáticas fizeram-se sentir por todo o território nacional em 2020 e 2021 e, no primeiro trimestre deste ano, a escalada para o **conflito armado entre a Rússia e a Ucrânia**, teve um impacto devastador nas cadeias

internacionais de fornecimento alimentar e de combustível, colocando seriamente **em risco o cumprimento do Programa deste Governo** e dos compromissos internos e internacionais assumidos por Timor-Leste no tocante aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, a somar vários outros, entre eles os relacionados com a futura integração de Timor-Leste em importantes **espaços económicos regionais e mundiais, nomeadamente a ASEAN e a OMC.**

É por isso com redobrado sentimento de dever cumprido, que vos darei conta dos principais resultados deste Governo de coligação que lidero, resultados esses que os **relatórios de desempenho trimestrais e anuais do Governo** distribuídos regularmente ao Parlamento Nacional em suporte papel e também disponíveis *online* no sistema de Planeamento, Monitorização e Avaliação *Dalan ba Futuru*, detalham em mais pormenor. Mas, ainda antes de nos debruçarmos sobre esses resultados, gostaria apenas de aproveitar o momento para recordar que foi neste mesmo mês que no ano 2018 compareci perante esta Casa da Democracia, para apresentar o Programa do VIII Governo Constitucional. Um **programa ambicioso que intitulamos de “Mudança para o Progresso e o Bem-Estar”**, assentando no lema **“Um Governo, um Plano, um resultado comum”**, visando o desenvolvimento sustentável e procurando dar resposta às necessidades mais urgentes do nosso país e dos nossos cidadãos.

Não é meu desejo debruçar-me aqui hoje sobre a execução orçamental atingida pelo Governo ao longo do seu mandato, o que espero que compreendam, atendendo a que no âmbito da apreciação da Conta Geral do Estado, anualmente objeto de parecer da Câmara de Contas e debatida e aprovada pelo Parlamento Nacional, o escrutínio das contas públicas já é amplamente realizado com o rigor e a profundidade que o assunto merece. Para além do mais, como é do conhecimento de todos os Ilustres Deputados, a partir do ano 2020 o Governo operou a integração plena das entidades e serviços da Administração Pública no modelo de Orçamentação por Programas, proporcionando a passagem do anterior paradigma da gestão pública centrado quase exclusivamente na despesa e na receita - em *inputs* - para uma abordagem de gestão que assenta sobretudo em resultados, uma tarefa complexa mas gratificante que colocou Timor-Leste no mesmo patamar dos países mais desenvolvidos, no que concerne à adoção das melhores práticas internacionais no domínio da gestão financeira pública.

Este debate concentra-se sobretudo **nos resultados qualitativos atingidos nos últimos quatro anos** para aferir se o país melhorou ou piorou nestes anos, nas dimensões política, económica e social, traçar o nosso ponto de partida e o que encontrou o VIII Governo

Constitucional no momento da sua chegada ao poder, os desafios que teve que ultrapassar pelo caminho, o que foi conseguido em termos de reformas setoriais concretas e quais os planos para o próximo ano.

Passarei agora, sem mais delongas, a apresentar o balanço da atividade governativa durante período 2018 a 2022, ficando depois à disposição de Vossas Excelências para responder às vossas preocupações e escutar atentamente as vossas aspirações para o futuro próximo do país, tendo em mente que a **Lei das Grandes Opções do Plano para 2023** recentemente aprovada por este Parlamento, identificou as prioridades nacionais e as medidas estratégicas a empreender em 2023, fixando também o teto orçamental das despesas e receitas do Estado para o próximo ano.

Foi através do nosso Programa para cinco anos que nos comprometemos, em primeiro lugar, a implementar políticas e reformas públicas necessárias para assegurar a estabilidade política necessária ao desenvolvimento económico e social e as reformas estruturais necessárias para acelerar a transformação nos setores que não correspondiam ainda às expectativas da população; Há quatro anos atrás comprometemo-nos também a reformar, corrigir e melhorar transversalmente todos os processos, sistemas e métodos que colocassem obstáculos ao desenvolvimento sustentável, para que todas as instituições se tornassem mais ágeis, eficazes, responsáveis e inclusivas.

A nossa visão e o compromisso que assumimos perante o povo, **foi o de colocar sempre as pessoas no centro de toda a atividade governativa**, criando sólidas condições económicas e sociais para garantir que todos os cidadãos possam vir a beneficiar do crescimento e do desenvolvimento nacional, tenham acesso aos serviços básicos essenciais e à proteção social em igualdade de oportunidades e circunstâncias, num modelo governativo o mais inclusivo possível.

Perante os Ilustres Membros do Parlamento Nacional exprimo a minha **enorme satisfação e orgulho pelo sentimento de dever cumprido, neste balanço que faço do ciclo de quatro anos de governação**, e que considero ser francamente positivo na busca incessante pela excelência, mesmo perante as incontornáveis adversidades que fustigaram o nosso país ao longo de todo o nosso mandato. **Timor-Leste continua felizmente a manter uma sólida credibilidade internacional**, graças ao progresso que reporta no cumprimento das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na busca da erradicação da pobreza e na criação de condições de vida condignas para toda a sua população.

Foram **muitos e devastadores os constrangimentos** que se colocaram a este Governo, e inúmeros foram também os caminhos diferentes que, na busca de soluções, se abriram e nos conduziram a bom porto, graças sobretudo à resiliência do povo timorense e das nossas instituições nacionais.

Hoje, tal como no primeiro dia, perante a Casa da Democracia renovo o compromisso de continuar a manter o empenho no ambicioso projeto de transformação do nosso país, sem **perder de vista o modelo social, inclusivo, que nos honramos de ter escolhido** para a nossa jovem Democracia.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Como é sobejamente conhecido de todos nós, a **economia mundial atravessa neste momento o maior período recessivo da história** desde a II Guerra Mundial e, para o próximo ano, o Banco Mundial prevê a desaceleração da economia mundial e o aumento do risco de declínio, especialmente no que diz respeito às economias em desenvolvimento, espaço económico onde Timor-Leste se posiciona. É esse cenário de risco que o VIII Governo procura a todo o custo contrariar, antecipando que essa desaceleração possa também, em maior ou menor escala, impactar negativamente na nossa economia doméstica.

Após a tão ansiada recuperação global que se começava timidamente a sentir em 2021, as ameaças de novas variantes do SARS-CoV-2, o aumento das incertezas políticas e as ameaças à segurança mundial que ensombram o mundo desde o início deste ano, a somar ao aumento da inflação, do endividamento e do desemprego global, à redução da procura e do desaparecimento crescente dos apoios públicos e de incentivos fiscais atribuídos transitoriamente às famílias e empresas, poderão fazer perigar a frágil recuperação das economias emergentes e em desenvolvimento, provocando a sua desaceleração. Indubitavelmente **os desafios que se colocam hoje à segurança global, ao fornecimento de bens de primeira necessidade e de combustíveis fósseis**, como resultado direto do conflito armado que opõe desde finais de fevereiro a Ucrânia à Rússia, requerem intervenções internacionais conjuntas rápidas e respostas políticas regionais e nacionais ágeis.

Em termos dos grandes agregados macroeconómicos, apesar de permanecer admiravelmente resiliente, a estando nossa economia sujeita pressão conjuntural global, dificilmente conseguirá conter as fortes pressões inflacionárias deste ano e contrariar os prognósticos de crescimento económico muito aquém do crescimento pré-pandémico. O Relatório Económico publicado pelo Banco Mundial no passado mês de junho, adverte para **grandes**

incertezas e riscos associados às previsões macroeconómicos para o nosso país, considerando que o aumento dos preços globais, a exposição de Timor-Leste a eventos climáticos extremos e a desastres naturais, a vulnerabilidade do país à pressão ascendente sobre os preços dos alimentos, à incerteza política e eventuais derrapagens nas reformas políticas possam conduzir Timor-Leste a prolongados desequilíbrios macroeconómicos. Ainda assim, o Governo mantém-se convicto de que **as pessoas devem sempre ser colocadas em primeiro lugar e que Timor-Leste tem espaço fiscal para absorver o impacto dos efeitos adversos da conjuntura económica internacional, através dos vários esquemas de proteção social e dos investimentos na economia já contemplados no Orçamento Geral do Estado para o corrente ano.**

Após anos de instabilidade política, os efeitos combinados da aprovação tardia do Orçamento Geral do Estado, do surto COVID-19 e da instauração do Estado de Emergência no país, levaram a que o crescimento económico de Timor-Leste contraísse em cerca de 8,6 (oito vírgula seis) pontos percentuais em 2020 e, de acordo com as projeções macroeconómicas já apresentadas ao Parlamento Nacional com a proposta orçamental para 2022, o Governo anteviu para 2021 um retorno do país ao crescimento positivo modesto de 1,6% (um vírgula seis por cento), impulsionado pelo aumento substancial das despesas públicas destinadas a contrariar os efeitos económicos relacionados com a imposição de um prolongado período de confinamento e com as severas inundações que assolaram o país, sucessivamente, em 2020 e 2021.

Felizmente o Orçamento do Estado, com despesas a atingirem quase 90% (noventa por cento) do PIB, impulsionou fortemente o consumo público e o consumo das famílias num momento que se veio a revelar decisivo para a nossa economia. Um conjunto substancial de **medidas de estímulo fiscal e parafiscal apoiaram o emprego e a manutenção dos níveis de rendimento das famílias,** permitindo manter os seus níveis de consumo.

Apesar do conjunto de decisões políticas já tomadas pelo Governo em tempo recorde e do crescimento económico não petrolífero ter permanecido positivo, não se conseguiu ir além de 1,5% (um vírgula cinco por cento) no ano 2021. As nossas projeções apontam para o aumento do consumo e do investimento público nacional e **para a recuperação do consumo privado este ano** alavancado pela reabertura gradual das fronteiras, e para a retoma económica doméstica lenta, mas consistente, com o crescimento do PIB não petrolífero a atingir 2,9% (dois vírgula nove por cento) em 2022 e 3,1% (três vírgula um por cento) em 2023. Igualmente, perspectiva que a coleta de receitas não petrolíferas acompanhe lentamente essa **retoma já a contar do próximo ano.**

Pela incontornável importância económica que tem, destaco também o comportamento da **taxa de referência da inflação doméstica**, que após permanecer praticamente nula em 2020, aumentou 3,8% (três vírgula oito por cento) no ano subsequente, esperando-se que atinja o pico máximo de 6,7% (seis vírgula sete por cento) este ano, para em seguida retomar uma trajetória descendente em 2023, quando se deverá fixar em 5,3% (cinco vírgula três por cento). Em abril de 2022, Timor-Leste registou um nível de inflação de 6,6% (seis vírgula seis por cento) impulsionada pelo aumento dos preços globais das mercadorias e dos combustíveis fósseis, consequência indireta da situação de conflito que opõe a Rússia à Ucrânia desde finais de fevereiro deste ano.

Para além da atenção que dá ao comportamento dos indicadores macroeconómicos, o Governo mantém-se muito atento ao seu **posicionamento perante os principais indicadores internacionais** de desenvolvimento, de liberdade e transparência e os relacionados com a sua condução da sua política interna.

Se é admirável que em relação ao Índice de Transparência Orçamental, com uma pontuação de 52 (cinquenta e dois) num total de 100 (cem), Timor-Leste tenha melhorado 12 (doze) posições no ranking mundial no período 2019 e 2021, e que em relação ao Índice de Perceção da Corrupção o nosso país tenha também evoluído positivamente, passando da 86^a. (octogésima sexta) posição que ocupava no ranking mundial em 2020, para a 82^a. (octogésima segunda) posição em 2021, o mesmo se passando com Índice de Liberdade de Imprensa, em relação ao qual Timor-Leste orgulhosamente apresenta a melhor classificação no *ranking* do Sudeste Asiático em 2021, ocupando a 17^a. (décima sétima) posição, refletindo uma subida de 54 (cinquenta e quatro) posições face ao ano anterior, dois outros importantes índices exigem atenção redobrada do Governo, o Índice de Desenvolvimento Humano, que após ter melhorado entre 2017 e 2019 regrediu do 140.^o (centésimo quadragésimo) lugar que ocupava em 2018 para a posição atual de 141^a. (centésima quadragésima primeira) e o Indicador sobre a facilidade de estabelecer negócios “Doing Business” em Timor-Leste, para o qual o nosso país ocupava em 2020 a posição 181^a. (centésima octogésima primeira) no conjunto das 190 (cento e noventa) nações medidas, uma posição já de si muito pouco prestigiante e viu a sua situação deteriorar-se entre 2019 e 2020, ao passar de uma pontuação de 39,7 (trinta e nove vírgula sete) para 39,4 (trinta e nove vírgula quatro).

As recentes crises e indicadores macroeconómicos citados confirmam-nos a necessidade de **continuar a implementar uma política de reformas capazes de responder aos desafios estruturais** da nossa economia e da nossa sociedade e de melhorar a capacidade de resposta no momento atual, em que ainda enfrentamos os impactos económicos e sociais deixados

pelas alterações climáticas, pelas convulsões políticas mundiais, pelos desafios de saúde provocados pela pandemia COVID-19 e suas variantes e pela situação de agravada instabilidade da conjuntura internacional nos últimos anos.

O capital do Fundo no final do trimestre de 2022 ascendia a 19,124 mil milhões de dólares americanos, enquanto no trimestre anterior atingia 19,650 mil milhões, refletindo uma perda de 526 milhões de dólares em apenas um trimestre. Tem sido amplamente debatida a situação do Fundo Petrolífero e do seu eminente declínio ao longo dos próximos anos. Acreditamos, no entanto, que a **consolidação fiscal, a reforma da gestão das finanças públicas (GFP) e as demais reformas estruturais em curso**, poderão contribuir verdadeiramente para edificar um crescimento mais diversificado e resiliente da nossa economia a médio prazo, devendo conseguir evitar o esgotamento do fundo soberano sem por em causa a estratégia em curso de promoção do empoderamento das famílias. -

As reformas da gestão das finanças públicas (GFP) continuam por isso a ser uma prioridade do Governo, porque **a despesa pública terá que continuar a impulsionar a economia no médio prazo**, pelas razões já sobejamente atrás apontadas. A busca constante pela sustentabilidade fiscal e pela mobilização de receitas devem, na opinião deste Governo e dos seus principais parceiros de desenvolvimento, acompanhar as reformas no domínio da gestão financeira pública, para assegurar o crescimento futuro de Timor-Leste e o aumento da sua produtividade e competitividade.

A necessidade de colocar a situação fiscal numa base sustentável significa que também a população Timorense, como principal motor do crescimento da economia que é, terá que ser envolvida ativamente nos esforços coletivos de desenvolvimento da nação, por via do **aumento das suas qualificações e da sua produtividade.**

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Atendendo a que o Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030 (PED) é o documento de compromisso nacional que serve de referência aos sucessivos Governos até ao ano 2030 e encerra em si mesmo a visão estratégica sobre a qual se alicerça e edifica a nossa nação, ao mesmo tempo que fornece um quadro para a concretização dessa ambiciosa visão, **entendi ser útil agrupar os principais resultados do Governo em torno das áreas temáticas do PED.** E, atendendo a que o Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED) se desenvolve em torno de três áreas fundamentais, Capital Social, Desenvolvimento de Infraestruturas e Desenvolvimento Económico, envolvendo ainda uma quarta área/setor, a do

Desenvolvimento Institucional transversal aos demais, é minha convicção que a forma apropriada para apresentar o balanço dos quatro anos de mandato deste Governo deverá alinhar-se com essas áreas e pilares estratégicos.

- **DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL SOCIAL:**

No que concerne aos investimentos feitos pelo Governo que lidero no domínio do capital social, os mesmos visaram contribuir para a construção de uma sociedade saudável e educada, em que a proteção da população mais vulnerável é tida como prioritária, assegurando-se desse modo que todos os cidadãos passem a ter a oportunidade de viver uma vida plena e produtiva.

Na área da Saúde, considero ser importante destacar:

- ✓ A regulamentação do Centro de Gestão Integrada de Crises (CGIC) e a sua rápida ativação como Sala de Situação, para melhor e com maior celeridade coordenar a nossa resposta à COVID-19 e para garantir que todos os cidadãos tivessem acesso a mais e mais fidedignas informações sobre o novo vírus;
- ✓ Para proteger nosso povo, a rápida e eficaz intervenção do Governo permitiu proceder ao encerramento das fronteiras e declarar o estado de emergência, com o objetivo de mitigar os riscos associados às movimentações no país em contexto de pandemia, ao mesmo tempo que trabalhamos com nossos parceiros para conseguir assegurar o retorno ao país de todos os nossos cidadãos, que pretendessem regressar;
- ✓ Foram criadas vias de ligação aéreas e terrestres dedicadas para que medicamentos urgentes fossem trazidos do exterior e entregues rapidamente, mesmo num contexto de elevada competição internacional para acesso a equipamentos de saúde e medicamentos;
- ✓ Proporcionámos formação em controle de doenças infecciosas para as nossas equipas da linha de frente, profissionais de saúde, trabalhadores dos serviços de imigração e limpeza, com o objetivo de possibilitar o rastreio adequado e travar a propagação do vírus;
- ✓ Foi feito um substancial investimento na construção de uma força de trabalho profissional de saúde, graças à implementação de uma política de formação contínua para todos os profissionais de saúde, designadamente médicos de clínica geral, especialistas, enfermeiros, parteiras e demais profissionais de saúde.
- ✓ Erigimos cercas sanitárias e montámos centros de isolamento terapêutico e de quarentena profilática para evitar a propagação dos SARS-CoV-2 e assegurar o

necessário acompanhamento clínico aos infetados com este vírus, reforçando a capacidade de respostado Serviço Nacional de Saúde;

- ✓ Estabelecemos Unidades de Terapia Intensiva Covid-19 e centros de tratamento em Vera Cruz e Lahane, para permitir que o Hospital Nacional Guido Valadares (HNGV) e demais unidades de saúde pudessem continuar a fornecer atenção permanente à saúde da população;
- ✓ Levámos a cabo com sucesso um extraordinário esforço humano e logístico para conseguir vacinar a maior quantidade de pessoas possível num curto espaço de tempo, com o objetivo de minimizar o número de indivíduos infetados e de erradicar a COVID-19 do país;
- ✓ Foram aprovados o plano diretor e a construção faseada do novo Hospital Nacional Guido Valadares, iniciativas consideradas necessárias para antecipar e dar resposta à tendência de crescimento populacional e atender às necessidades futuras da população, por via do aumento da oferta de camas hospitalares;
- ✓ Foi dado arranque ao concurso público para a construção de um novo hospital pediátrico;
- ✓ A conclusão de um estudo destinado a explorar novas formas inovadoras e mais eficientes de prestação de serviços de saúde na área do diagnóstico clínico, incluindo o recurso à modalidade de Parcerias Público-Privadas (PPP) para a prestação de serviços de diagnóstico clínico.

No domínio da Educação, considero relevante dar destaque a:

- ✓ Ao Lançamento de programas escolares do ensino à distância na dimensão *on-line*, através do programa *Eskola ba Uma* e do programa Telescola, acessíveis através da rádio, da televisão pública e das redes sociais, para funcionarem durante o período de suspensão do ensino presencial na fase de maior proliferação do vírus COVID-19, com o objetivo de continuar a assegurar aos alunos a continuidade da sua aprendizagem e dos recursos educativos necessários sem interrupção;
- ✓ À aposta na continuidade e melhoria do programa Merenda Escolar, garantindo que todas as crianças tenham acesso a uma refeição nutritiva na escola;
- ✓ Foi lançada a construção da Cidade Universitária de Aileu, com capacidade para acolher 10.000 (dez mil) alunos e 500 (quinhentos) professores, apostando num ensino de

qualidade e contribuindo para criação de emprego e a transformação da economia desse município;

- ✓ Foi realizado um estudo de viabilidade para a construção de um Centro de Excelência para Formação de Mão-de-obra em Metinaro, que reunirá os centros de Becora, Tibar e outras localidades, numa nova instalação integrada que acolherá 10.000 (dez mil) formandos por ano;
- ✓ Mais investimento na melhoria da oferta do ensino pré-escolar, por via da expansão da rede de escolas públicas, no recrutamento de docentes e na melhoria do respetivo quadro legal, como forma de incentivar o combate ao abandono escolar, o grave problema da subnutrição infantil no país e ao mesmo tempo, promover o aumento do emprego. Também os Parceiros de Desenvolvimento manifestaram o seu interesse em continuar a cooperar com o Governo nesta área, comprometendo-se a criar um estabelecimento de ensino pré-escolar por cada suco.

No domínio do apoio à Inclusão Social, considero relevante destacar:

- ✓ A Segurança Social avançou com medidas que visam assegurar a sua sustentabilidade fiscal a longo prazo;
- ✓ Foram estabelecidas pensões de velhice e invalidez e prestações por morte no âmbito do regime contributivo de segurança social;
- ✓ Foram introduzidos novos subsídios e outras iniciativas de apoio social destinadas a apoiar a população mais vulnerável, entre elas a expansão do Programa Bolsa da Mãe e o estabelecimento da Bolsa da Mãe *Jerasaun Foun*, o Programa Cesta Básica que beneficiou cerca de um milhão e quinhentos mil cidadãos e criou mais de vinte e nove mil postos de trabalho temporários, a Segurança Alimentar que beneficiou mais de cento e dois mil habitantes e a ajuda e assistência humanitária a milhares de famílias, com alimentos e apoios financeiros extraordinários;
- ✓ Foi dada atenção à igualdade de género e da inclusão social, por via da institucionalização e da integração da igualdade de género e inclusão social nos processos de planeamento e orçamentação e do estabelecimento de um Programa Nacional denominado “Igualdade de Género e Inclusão Social” para o qual foi feito um significativo investimento para o corrente ano, demonstrando o compromisso e o investimento do Governo na implementação de várias políticas de género.

- ✓ Foi estabelecido e encontra-se presentemente em fase de implementação, o Programa *Uma Kbiik Laek* destinado a alojar as famílias mais desfavorecidas e vulneráveis, ao qual se juntou, mais recentemente, o Programa *Uma Kbiik Laek Plus*, que visa melhorar o conforto das habitações e das famílias mais vulneráveis.
- ✓ Foi lançado no ano passado o “Plano Nacional de Ação para Nutrição e Segurança Alimentar”, com o objetivo de reduzir o atraso no crescimento das nossas crianças e indicadores próprios para aferir os resultados. Esta área relaciona-se com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 2 e foi também contemplada no Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED) 2011-2030 e no Plano de Recuperação Económica (PRE), constando ainda de outros documentos de política governamental orientados para as crianças, as maiores vítimas da subnutrição. Apesar dos recentes progressos, o nosso país continua a apresentar uma das taxas de subnutrição mais elevadas do mundo e, em 2020, um inquérito nacional sobre alimentação e nutrição, revelou que quase 50% (cinquenta por cento) das nossas crianças com idades compreendidas entre os 0 (zero) e os 59 (cinquenta e nove) meses, sofria de desnutrição severa ou crónica e 8,6% (oito vírgula seis por cento) de desnutrição aguda. Também a prevalência de baixa estatura é considerada ainda muito elevada. A situação tem vindo a piorar ao longo dos anos e entre 2010 e 2020, observou-se o avanço do aumento da desnutrição em Timor-Leste. Em 2018, 36% (trinta e seis por cento) da população sofria de grave ou moderada insegurança alimentar crónica e quase 50% (cinquenta por cento) eram crianças subnutridas, sofrendo de baixa estatura e enfrentando especiais dificuldades no desenvolvimento do cérebro.

O Governo tem vindo a implementar o programa “Saúde na Família” para conseguir levar os serviços de saúde à população, ampliando os nossos programas “Bolsa da Mãe” e “Merenda Escolar”, e temos vindo a investir no desenvolvimento do nosso setor pesqueiro, na agroindústria e na melhoria das nossas infraestruturas dedicadas à componente social.

- ✓ O Governo tem reforçado o seu empenho na integração social e no regresso à vida ativa e ao mercado de trabalho das pessoas portadoras de deficiência, tendo recentemente sido ratificada a Adesão de Timor-Leste à Convenção sobre Direitos de Pessoas com Deficiência e aprovada a política preparada pelo Governo nesta matéria;

- ✓ Foi aprovada a legislação que cria o Sistema de Verificação de Incapacidades, que permitirá uma melhor e mais efetiva proteção dos trabalhadores na doença.
- ✓ Foram criados centros de acolhimento para alojar temporariamente as muitas famílias vítimas das cheias de abril de 2021 e providenciadas compensações económicas e matérias de construção para apoiar a reconstrução das habitações destruídas pela inundação.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

- **DESENVOLVIMENTO DE INFRAESTRUTURAS**

Os investimentos deste Governo no setor das Infraestruturas, visaram contribuir para a edificação de uma economia emergente interconectada, resiliente e sustentável, mas igualmente para a recuperação de infraestruturas destruídas ou danificadas por desastres naturais na sequência das cheias ocorridas em 2020 e 2021. De entre as obras em curso destacam-se:

- ✓ A construção do um futuro porto de águas profundas de Tibar, presentemente em fase de conclusão;
- ✓ A construção e operacionalização de novos navios de transporte de passageiros;
- ✓ Obras de reabilitação do Aeroporto de Baucau;
- ✓ A construção e ampliação da rede rodoviária rural e urbana;
- ✓ A aprovação da instalação de um sistema de cabos submarinos de fibra ótica ligando Timor-Leste à Austrália, visando assegurar uma conectividade digital internacional mais segura e de melhor qualidade para o desenvolvimento da economia digital nacional, igualmente destinada a promover a soberania, a cibersegurança e os direitos económicos.
- ✓ Foram concluídos os estudos e assegurado o financiamento destinado à construção de infraestruturas destinadas ao tratamento e transporte de água potável e à expansão das infraestruturas de saneamento básico a todo o território nacional;
- ✓ Procedeu-se à expansão da rede elétrica nacional e instalação elétrica em habitações familiares em áreas remotas e isoladas do país;
- ✓ Implementámos medidas preventivas e de mitigação dos impactos futuros das mudanças climáticas nas infraestruturas erigidas;

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

- **DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO:**

Os investimentos que fizemos em prol do desenvolvimento económico do país por via da construção de um setor industrial estratégico e transformador, contribuem para a edificação de uma economia moderna, diversificada e próspera.

Constituindo uma fonte crucial de rendimento e de alimento para o desenvolvimento económico nacional, os recursos agrícolas, pesqueiros, pecuários e florestais juntamente com o empreendedorismo, criam diversas oportunidades para o desenvolvimento das indústrias, entre as quais a indústria turística, onde investimentos prioritários têm vindo a ser concretizados, com o objetivo de capitalizar a beleza, a diversidade e a localização geoestratégica privilegiada do nosso país. No tocante ao pilar do desenvolvimento económico, passo a destacar os principais resultados alcançados nestes quatro anos:

- ✓ Aprovação de um amplo plano socioeconómico de apoio à população em 2020, destinado a proteger os cidadãos com a adoção de rigorosas medidas sanitárias e apoiar a atividade do setor privado e mitigar os efeitos económicos e sociais provocados pela COVID-19;
- ✓ Atribuição de um subsídio aos trabalhadores do setor formal prejudicados, que foram obrigados a permanecer em quarentena ou ficar em casa durante a pandemia;
- ✓ Aquisição de um *stock* de arroz de emergência para três meses, para compensar a possível escassez desse cereal durante a pandemia;
- ✓ Atribuição de subsídios para garantir a conectividade terrestre nacional e assegurar a ligação aérea de emergência;
- ✓ Atribuição de subsídios aos operadores de transporte público destinado a atenuar o impacto do aumento dos preços dos combustíveis, provocado pela prolongada crise geopolítica na Ucrânia.
- ✓ Formalização de acordo de serviços aéreos entre Timor-Leste e várias nações, entre elas a Austrália, a Nova Zelândia, os Emiratos Árabes Unidos, o Brunei, entre outros, para melhorar a conectividade aérea e desenvolver o setor turístico;

- ✓ Reintrodução e expansão do “Programa Trabalhador Sazonal” a desenvolver com o apoio dos parceiros regionais, para permitir o intercâmbio de trabalhadores timorenses com a Austrália e a Coreia do Sul;
- ✓ Atribuição de um subsídio de transporte marítimo de mercadorias de Ataúro e Oecússi e o alargamento de descargas no porto marítimo às 24 (vinte e quatro) horas do dia;
- ✓ Isenção parcial no pagamento de contas de energia elétrica (quinze dólares americanos por mês), isenção no pagamento de contas de água, das contribuições para a Segurança Social e das rendas de propriedades do Estado;
- ✓ A criação de um programa de crédito com taxas reduzidas, garantias de crédito para importadores de bens essenciais e empréstimos de emergência;
- ✓ Implementação de um programa de apoio para aumentar a oferta de alimentos na costa sul e medidas para garantir a disponibilidade de fatores de produção agrícola, pecuária e pesqueira;
- ✓ Atribuição de bolsas de estudo aos estudantes timorenses no estrangeiro e subsídios de *internet* para os estudantes residentes em Timor-Leste.
- ✓ Criação de um subsídio para os profissionais que desenvolveram atividade jornalística solicitada pelo Governo para fornecer notícias sobre o vírus SARS-Cov2 durante o estado de emergência;
- ✓ Continuação do plano de capitalização do Banco Nacional de Comércio de Timor-Leste (BNCTL), por via de um reforço de capital de cerca 60 (sessenta) milhões de dólares americanos em 2022, e de um reforço de 51,4 milhões de dólares destinado ao financiamento da linha de crédito “facilidade de garantia de crédito suave” para a revitalização da economia e o financiamento das pequenas, médias empresas e grandes empresas;
- ✓ Aprovação do pagamento de um subsídio em 2022, no valor de 200 (duzentos) dólares, correspondente ao 13.º (décimo terceiro) mês;
- ✓ Reabertura plena de fronteiras aéreas e terrestres após o controlo da pandemia, com o objetivo de facilitar a movimentação de pessoas, aumentar a conectividade dos indivíduos e incrementar as trocas comerciais, novas oportunidades de negócio e promover o aumento do investimento externo no país.

- ✓ O aumento da produtividade da cultura de arroz e da produção de outras culturas agrícolas graças ao aumento da área agrícola irrigada, à criação de um banco de sementes produtivas para serem disponibilizadas aos agricultores, a promoção da intensificação do uso de motocultivadores na cultura do arroz, os apoios concedidos a extensionistas agrícolas e agricultores;
- ✓ A aprovação de um pacote de medidas destinadas a apoiar e financiar a renovação e expansão das áreas de plantação de café, o cultivo do milho, hortaliças e tubérculos, entre as quais a criação de uma linha de crédito “Facilidade Garantia Crédito Suave” destinada a apoiar empresas locais nas áreas das pescas, turismo e indústria alimentar na diversificação das áreas produtivas.
- ✓ Apoio à plantação de mangais costeiros “*Ai-Parapa*”;
- ✓ Esforços no sentido de expandir a vacinação animal e alargar a oferta serviços veterinários a todo o território nacional.
- ✓ Desenvolvimento de uma Política de Cadeia de Valor centrada na melhoria das políticas públicas, sistemas de procedimentos administrativos e quadros jurídicos, visando estimular a produção agrícola local, e aprovação de um programa de apoio à criação de condições mais sustentáveis de cultivo, colheita, processamento, embalagem, distribuição, armazenamento, abastecimento e comercialização, seguindo as melhores práticas internacionais nesse domínio.
- ✓ Com a transferência dos serviços portuários de mercadorias para o Porto de Tíbar e a sua entrada em funcionamento, prevista para o final deste ano, está prevista a criação do primeiro parque industrial, o Parque Industrial de Ulmera, no Município de Liquiçá, associado às atividades de transporte marítimo e operações portuárias e iniciar-se-á também a reabilitação do Porto Urbano de Díli, para passar a albergar um Terminal de Passageiros e um conjunto de infraestruturas portuárias com serviços de apoio a lazer e entretenimento dos visitantes;
- ✓ No âmbito da estratégia de reabilitação urbana do Governo e da remodelação da cidade de Díli, temos vindo a preparar uma parceria público-privada para a reabilitação e gestão das infraestruturas de apoio ao turismo religioso e marítimo nas zonas da Areia Branca e Cristo Rei, em Díli;

- ✓ Cumprimos a promessa de iniciar a exploração petrolífera *onshore*, com a perfuração realizada no município de Covalima, cujos resultados anda em fase de testes aparentam ser bastante promissores.

Excelências,

Senhoras e Senhores:

- **DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL:**

No domínio do desenvolvimento institucional considero relevante destacar que decorridos quatro anos de mandato, este Governo aprovou **importantes reformas legislativas e administrativas** visando o desenvolvimento do Setor Institucional para melhorar a prestação de serviços públicos à população, reduzir a burocracia e fomentar a modernização da Administração Pública. De realçar neste domínio as seguintes iniciativas:

- ✓ Aprovação do “Programa da Reforma da Administração Pública (RAP)”, que visa transformar a Administração Pública e melhorar a forma como o setor público é gerido e funciona, e a assegurar que o Estado funcione num quadro de legalidade e de segurança jurídica efetiva e de maneira mais eficiente e eficaz.
- ✓ Aprovação do Programa de Reforma da Administração Pública e estabelecido o mecanismo do respetivo acompanhamento, destinado a melhorar os processos de prestação de serviços, incentivar o desempenho, melhorar a gestão e o desenvolvimento de Recursos Humanos, bem como os serviços administrativos prestados à comunidade;
- ✓ No âmbito da Reforma Administrativa do Estado, aprovação de novas regras de redação legislativa (legística), visando a melhoria e a harmonização dos atos normativos do Estado e a aprovação do diploma legal estabelece a estrutura e define o funcionamento da Administração direta e indireta do Estado.
- ✓ Foi dada continuidade à reforma do quadro legal do setor da Justiça, com a aprovação da Lei de Organização Judiciária, dos novos Estatutos dos Magistrados Judiciais, do Ministério Público, da Defensoria Pública, a lei de criação da Ordem dos Advogados de Timor-Leste e o Código de Registo Predial, entre outras iniciativas legislativas em curso no domínio judicial;
- ✓ Introdução no ordenamento jurídico nacional da nova “Lei de Enquadramento do Orçamento Geral do Estado e da gestão financeira pública”;

- ✓ Aplicação plena do modelo de “Orçamentação por programas” à gestão financeira pública em todas as entidades e órgãos do Setor Público Administrativo;
- ✓ Aprovação do novo “Regime Jurídico de Aprovisionamento e da Contratação Pública”;
- ✓ Introdução do “Planeamento a Médio Prazo” em Timor-Leste;
- ✓ A aprovação do “Regime Especial do *Greater Sunrise*”, com o intuito de criar um ambiente de negócios mais atrativo para os operadores e investidores do setor petrolífero.
- ✓ Aprovação da “Lei das Grandes Opções do Plano”, que coloca uma vez mais o bem-estar das pessoas no centro das prioridades governativas, sem esquecer os objetivos gerais de boa governação, de consolidação da defesa, da segurança e da soberania do país no contexto das relações internacionais;
- ✓ Aprovação das “leis do Poder Local e da Eleição Municipal”;
- ✓ Criação do “Portal Municipal”;
- ✓ Estabelecimento da Administração Municipal de Ataúro e criação do “Fundo Especial de Desenvolvimento de Ataúro”;
- ✓ Aprovação do “Regime Jurídico da Classificação e Qualificação do Solo”;
- ✓ Criação do “Fundo dos Combatentes da Libertação Nacional”;
- ✓ Avaliação da implementação dos “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”;
- ✓ Avaliação e revisão dos objetivos do “Plano Estratégico de Desenvolvimento”;
- ✓ Implementação de “Medidas de racionalização do parque automóvel público”, incluindo a suspensão da aquisição de novos veículos no ano 2022;
- ✓ Aprovação da “Estratégia Integrada para a Implementação de um Sistema de Identificação Único – ID Único”;

Concluo esta minha intervenção, acreditando que na seleção de temas que fiz tenha conseguido apresentar as principais concretizações do VIII Governo Constitucional, e desde já apelo à vossa compreensão para alguma questão pertinente que, por lapso, não tenha incluído e por ora termino a minha alocução, colocando-me à disposição de Vossas Excelências para esclarecer ou responder às questões que considerem relevantes.

Muito obrigado!

Que Deus nos abençoe!

Dili, 14 de julho de 2022